



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
ESCRITÓRIO DE INTERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA



PROJETO "ESTÍMULO À CRIAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO DE NÚCLEOS DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS"

Relatório final da Etapa - MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

*Marli Elizabeth Ritter dos Santos
Adriano Leonardo Rossi*

Porto Alegre, julho de 2002.

Introdução

O Projeto “Estímulo à Criação e Consolidação de Núcleos de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia em Universidades Brasileiras”, realizado em parceria pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro (REDETEC) e o Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), teve como objetivo estimular e disseminar a cultura e a prática da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia no contexto universitário.

O desenvolvimento da etapa “Mapeamento e identificação de núcleos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, existentes em universidades brasileiras”, foi de responsabilidade do EITT/UFRGS e consistiu de um levantamento para identificar, dentre o conjunto das universidades brasileiras, quais delas apresentavam ou não núcleos que cumprissem com as finalidades de proteção, registro da propriedade intelectual e comercialização de tecnologias e patentes.

Com este objetivo, foram levantadas as informações relativas ao conjunto de 143 universidades, formado a partir da consolidação dos cadastros da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). É importante ressaltar que o tempo necessário para a realização desta etapa foi, por diversas vezes, ampliado, em virtude da greve ocorrida nas universidades federais no decorrer de 2001, prejudicando o trabalho de coleta de dados.

O presente Relatório contém os dados quantitativos levantados, bem como a respectiva análise que os dados permitem extrair.

1. Método

Após a identificação do público-alvo do projeto, ou seja, o conjunto das 143 (cento e quarenta e três) universidades brasileiras registradas nos cadastros da ANDIFES e do CRUB, elaborou-se o instrumento de coleta dos dados.

Paralelamente, foram desenvolvidos dois questionários: um simplificado, direcionado a todas as instituições identificadas e um segundo, direcionado às instituições que informassem possuir núcleos estruturados. Para a construção dos questionários, foram utilizados como modelos, um instrumento aplicado pela Rede de Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia e outro desenvolvido pela Dra. Cláudia Chamas, da FIOCRUZ, em seu projeto de Doutorado. Após desenvolvidos os instrumentos, e aprovados pela equipe e coordenação do projeto, foi contratada uma consultoria, com o objetivo de elaborar a versão eletrônica dos questionários.

A versão eletrônica do primeiro questionário foi disponibilizada em 18 de junho de 2001, e enviada por e-mail ao conjunto de universidades, buscando identificar núcleos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia já estruturados ou em formação. Foi dado um prazo de 20 dias para que o questionário fosse respondido. Após este prazo, **22** universidades (15,4%) estavam cadastradas no 1º banco de dados, sendo que destas, **10** (0,7% do conjunto de universidades) informaram possuir núcleos.

Durante o mês de julho de 2001, o primeiro questionário e o ofício explicativo sobre o projeto foi disponibilizado no site <http://143.54.93.84/formula1/index.htm> (anexo 1). Com os dados coletados através do primeiro questionário, foi iniciada a construção do Banco de Dados, cujas informações podem ser consultadas no site <http://143.54.93.84/formula1/nucleos.asp>.

Para agilizar o retorno dos questionários, foi realizado contato telefônico com a Reitoria das instituições ainda não cadastradas. Por esta forma, obteve-se informações relativas a 17 instituições.

O segundo questionário, para ser respondido pelo Núcleo informado por cada instituição, começou a ser enviado em 11 de julho, dando também um prazo de 20 dias. Até 31 de julho, **56** universidades já haviam se cadastrado no primeiro questionário, das quais **22** informaram possuir núcleo, e destas, apenas **9** haviam respondido ao segundo questionário.

Em agosto de 2001, nova rodada de telefonemas foi realizada, com o encaminhamento de fax. Assim se obtiveram informações relativas a mais **22** instituições, e destas apenas **5** declararam possuir núcleos. Até 31 de agosto, o total de universidades cadastradas era **78**, das quais **27** declararam possuir núcleo.

Após novos contatos, mais 5 universidades se cadastraram, totalizando em setembro, **83** universidades, **27** núcleos, dos quais **14** já haviam respondido ao segundo questionário.

Em 3 de outubro de 2001 foi recebido um e-mail da Universidade do Sul de Santa Catarina, dizendo que, equivocadamente, havia informado a existência de núcleo nesta universidade, o que, então reduziu o número efetivo de núcleos em universidades para **26**.

A greve nas universidades federais dificultou, em grande medida, a continuidade do trabalho de levantamento de informações, resultando, temporariamente, em uma estagnação do levantamento.

Em dezembro de 2001, realizou-se um levantamento das instituições que não havia até então se manifestado, tendo sido encaminhado o primeiro questionário, relativo ao cadastramento da instituição, com os dados previamente preenchidos, para que as instituições o ratificassem ou alterassem as eventuais incorreções. Deste modo, mais **10** instituições entraram em contato, totalizando, então, **93** universidades, com as informações cadastradas e avaliadas. As demais 50 não responderam, mantendo-se o preenchimento do cadastro com as informações que haviam sido encaminhadas.

Em fevereiro de 2002, **26** universidades haviam informado manter núcleos de propriedade intelectual estruturados e destas **19** responderam ao segundo questionário, restando 7 Núcleos para finalizar a segunda etapa do levantamento de dados. Para tanto, foram reiterados os contatos com estas 7

universidades que possuem núcleos e que ainda não haviam respondido ao segundo questionário, no sentido que o fizessem o mais breve possível.

Em junho de 2002, foi, finalmente, encerrada a etapa, com os dados quantitativos e qualitativos referentes a **25** núcleos cadastrados, cujo conteúdo será analisado a seguir. Apesar das insistentes reiteraões, a Universidade Federal do Pará, que informou possuir um Núcleo, não respondeu ao segundo questionário.

Os endereços eletrônicos onde os dados podem ser acessados são os seguintes:

Questionário 1 – <http://143.54.93.84/formula1/cadastramento.htm>

Questionário 2 - <http://143.54.93.84/formula1/login.htm>

Cadastro de Universidades - <http://143.54.93.84/formula1/nucleos.asp>

Núcleos cadastrados - <http://143.54.93.84/formula3/cadastrados.asp>

2. Análise dos dados relativos aos Núcleos de Propriedade Intelectual (PI) das Universidades Brasileiras¹

As informações percentuais que estão dispostas a seguir foram calculadas sobre 25 núcleos de PI, pois, como já explicitado acima, a Universidade Federal do Pará não respondeu ao segundo questionário que foi direcionado somente as Universidades que possuem núcleos de PI.

2.1 – Dados de identificação dos Núcleos de PI

Como se pode observar no quadro a seguir, os Núcleos foram criados, em sua maioria, na década de 90, o que revela a pouca maturidade destas experiências no âmbito das universidades brasileiras.

Nome da instituição	Sigla	Segmento	Cidade/Estado	Nome da Estrutura	Data de criação
1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pública Federal	Porto Alegre, RS	Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT)	03/03/1997
2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	Privada	Porto Alegre, RS	Agência de Gestão Tecnológica (AGTPI)	26/10/1999

¹ Os quadros com os dados completos constam do Anexo I.

Nome da instituição	Sigla	Segmento	Cidade/Estado	Nome da Estrutura	Data de criação
3. Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	Privada Comunitária	Santa Cruz do Sul, RS	Escritório de Transferência de Tecnologia (ETTec)	24/05/2001
4. Universidade Católica de Pelotas	UCPel	Privada Comunitária	Pelotas, RS	Núcleo de Apoio aos Projetos de Informática (NAPI)	19/12/1991
5. Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Pública Federal	Santa Maria, RS	Núcleo de Propriedade Intelectual (NPI)	05/03/2001
6. Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	Privada	São Leopoldo, RS	Núcleo de Propriedade Intelectual (NPI)	01/08/2000
7. Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	Pública Estadual	Cascavel, PR	Núcleo de Inovações Tecnológicas (NIT)	01/03/1991
8. Universidade Estadual de Londrina	UEL	Pública Estadual	Londrina, PR	Programa de Agentes de Interação Universidade/Empresa (PROAGIN)	27/10/1987
9. Universidade Estadual de Maringá	UEM	Pública Estadual	Maringá, PR	Comissão de Apoio (COPATEN)	25/06/1998
10. Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Pública Federal	São Carlos, SP	Núcleo de Extensão UFScar-Empresa (NUEMP)	01/03/1996
11. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Pública Estadual	São Paulo, SP	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP)	20/03/1991
12. Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Pública Estadual	Campinas, SP	Escritório de Difusão e Serviços Tecnológicos (EDISTEC)	03/07/1984
13. Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	Privada	São José dos Campos, SP	Pró-Reitoria de Interação Universidade-Sociedade	02/12/1992
14. Universidade de São Paulo	USP	Pública Estadual	São Paulo, SP	Grupo de Assessoria de Desenvolvimento de Inventos (GADI)	24/07/1987
15. Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Pública Federal	São Paulo, SP	Comissão de Marketing Institucional (CMI-COINFO)	03/05/2000
16. Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Pública Federal	Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ	Coordenação de Atividades de Propriedade Intelectual (CAPI)	29/05/2001
17. Universidade Federal Fluminense	UFF	Pública Federal	Niterói, RJ	Escritório de Transferência de Conhecimentos (ETCO)	30/07/2001

18. Universidade Estadual do Rio de Janeiro	UERJ	Pública Estadual	Rio de Janeiro, RJ	Programa de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PITT)	1º/08/2000
19. Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Pública Federal	Belo Horizonte, MG	Coordenação de Transferência e Inovação Tecnológica (CT&IT)	16/06/1997
20. Universidade Federal de Viçosa	UFV	Pública Federal	Viçosa, MG	Comissão Permanente de Propriedade Intelectual	19/10/1999
21. Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Pública Federal	Ouro Preto, MG	Área de Apoio à Propriedade Intelectual (SCAPI)	02/05/2001
22. Fundação Universidade de Brasília	UnB	Pública Federal	Brasília, DF	Núcleo de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (NUPITEC)	09/06/1999
23. Universidade Federal de Sergipe	UFS	Pública Federal	São Cristóvão, SE	Coordenação de Pesquisa (COPES)	27/05/1982
24. Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Pública Federal	Recife, PE	Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINE)	02/01/1998
25. Universidade Federal do Ceará	UFCE	Pública Federal	Fortaleza, CE	Coordenação de Difusão Científica e Tecnológica (TRANSTEC)	10/01/1995

A grande maioria dos núcleos foi criada em Universidades Públicas, principalmente nas Federais (13) e Estaduais (7), concentrando-se nas regiões sul e sudeste.

Segmento		
Federal	13	52%
Estadual	7	28%
Privada	5	20%
TOTAL	25	100%

Regiões		
Sul	9	36%
Sudeste	12	48%
Centro-Oeste	1	4%
Norte	0	0%
Nordeste	3	12%
TOTAL	25	100%

2.2 – Aspectos gerenciais do Núcleo de PI

Neste item, buscou-se levantar informações gerenciais do Núcleo sobre vinculação institucional, regulamentações internas, divisão de resultados, recursos humanos, ensino de PI e meios utilizados para divulgação dos resultados de pesquisa.

2.2.1 – Vinculação institucional

Pelos dados informados, pode-se inferir que a criação dos núcleos ocorreu de acordo com características locais e as especificidades de cada uma das instituições, encontrando-se as mais variadas designações e formas de vinculação, desde setores específicos de gestão da propriedade intelectual, vinculados diretamente à Reitoria das Universidades, ou vinculados a Pró Reitorias, de Pesquisa e Pós-Graduação, ou de Extensão, até serviços vinculados a unidades acadêmicas.

Vínculo		
Gabinete da Reitoria	2	8%
Pró Reitoria Pesquisa	13	52%
Pró Reitoria Extensão	3	12%
Outro	7	28%

2.2.2 – Regulamentações internas

A existência de regulamentações que disciplinam as atividades e as formas de atuação dos núcleos dentro das Universidades foi apontada em

cerca de 60% das instituições, geralmente utilizando instrumentos como Portarias e Resoluções, embora não exista uma padronização na sua elaboração. Algumas prevêem em seus textos o que pode ou não ser feito em matéria de propriedade intelectual, outras não abordam o assunto como deveriam, embora tenham sido criadas com esse intuito.

Nove universidades não possuem regulamentações sobre a propriedade intelectual, representando 36% do total.

Regulamentações Internas		
Documentos legais	Sim	
	N	%
Portarias	5	31,2
Resoluções	8	50,0
Outras	3	18,8
TOTAL	16	100,0

2.2.3 – Abrangência da regulamentação

Dentre as 16 instituições que regulamentaram a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia, há 9 (56,3%) em que as regras não foram submetidas à aprovação do Conselho Universitário - CONSUN, optando-se por Portarias administrativas firmadas pelo dirigente máximo da instituição, com o intuito de agilizar sua implementação.

Quanto a abrangência destas regulamentações, notamos que a grande preocupação entre as universidades que as adotaram, se concentra no tema das patentes, pois todas abordaram este assunto. Os outros temas que mais se destacaram na abrangência das regulamentações foram: Desenho Industrial, presente em 10 regulamentações, Marcas, Software e Direitos Autorais em 9 delas.

A Universidade Católica de Pelotas (UCP) não informou se existe uma regulamentação sobre propriedade intelectual, embora tenha informado que a abrangência desta seria somente para Software.

Abrangência da Regulamentação (n= 16)							
Patentes	Softwares	Marcas	Desenhos	Indicações Geográficas	Cultivares	Transgênicos	Direitos Autorais
15	12	11	12	6	6	6	10
93,8%	75%	68,8%	75%	37,5%	37,5%	37,5%	62,5%

2.2.4 – Divisão de resultados

Quanto à divisão dos resultados obtidos através da comercialização de patentes, 20 universidades (80%) informaram haver normas estabelecidas, através das quais se permite dividir com os inventores/pesquisadores os ganhos econômicos auferidos pelas instituições com o licenciamento de tecnologias e patentes.

Considerando que em apenas 16 universidades há regulamentações escritas, especula-se que nas demais a divisão dos resultados seja apenas uma prática adotada pela instituição.

2.2.5 – Recursos humanos

No que se refere a recursos humanos, percebe-se que os núcleos de PI das universidades não seguem a um padrão quanto ao quadro de funcionários que desenvolvem as atividades dos mesmos.

Verificou-se que as áreas de formação do pessoal diretamente ligado aos núcleos são as mais variadas, prevalecendo as áreas de Direito (15), Administração (12) e Engenharia (10). Alguns são formados somente por docentes (doutores e mestres) e outros apenas por técnicos. Notou-se que o número de funcionários não está relacionado diretamente com as atividades desenvolvidas pelo núcleo, pois muitas vezes em núcleos com muitos funcionários, o encaminhamento dos pedidos de patentes são realizados totalmente por escritórios externos especializados em PI, ou diretamente pelos seus inventores. Em outros casos, onde o número de funcionários é mínimo, todas as atividades de encaminhamento de um pedido de patente é realizado através do próprio núcleo da universidade. Por outro lado ainda, chama a atenção o número expressivo de bolsistas (20%) que exercem suas atividades nos núcleos, o que é preocupante, na medida em que os bolsistas têm uma participação eventual, limitada no tempo, prejudicando a efetiva especialização das atividades permanentes dos núcleos e ameaçando sua continuidade.

Número de funcionários por Núcleo e REGIÃO						
	SUL	SUDESTE	Centro Oeste	NORTE	NORDESTE	
Média	5	4	5	0	4	
Máximo	12	7	5	0	6	TOTAL
TOTAL	48	47	5	0	12	112
Núcleos	9	12	1	0	3	25

É importante registrar que a média é de 5 funcionários por núcleo, nas regiões sul e centro oeste e 4 nas regiões sudeste e nordeste. O número máximo de funcionários nos núcleos é 12, o que demonstra que as estruturas são relativamente enxutas no que se refere a número de funcionários.

2.2.6 – Ensino da Propriedade Intelectual

Verificamos que a disciplina de Propriedade Intelectual é oferecida apenas em onze universidades das 25 que possuem núcleos, geralmente ligadas aos cursos de Direito, embora se identifiquem casos em que a disciplina é oferecida nos cursos de Administração, Engenharia, Economia, Informática e Contabilidade. Embora tenha sido informado o oferecimento da disciplina de Propriedade Intelectual, os conhecimentos sobre este tema, na maioria das universidades, integram o conteúdo de outras disciplinas, não se constituindo em uma disciplina específica.

Na distribuição geográfica, percebe-se uma concentração nas universidades do sul e do sudeste, representando mais de 90% de instituições em que a disciplina é oferecida.

A Disciplina de Propriedade Industrial é oferecida na Universidade ?							
Direito	Engenharia	Administração	Informática	Economia	Contabilidade	Outras	Univ. que oferecem
7	2	2	2	1	1	3	11
63,6%	18,2%	18,2%	18,2%	9,1%	9,1%	27,3%	44%

Por região				
SUL	SUDESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
6	4	0	0	1
54,5%	36,4%	0%	0%	9,1%

2.2.7 – Divulgação do Sistema de Propriedade Intelectual para a comunidade universitária

Praticamente 2/3 dos núcleos de PI (17= 68,5%) adotam meios de divulgação para informar aos pesquisadores/inventores os fundamentos do sistema de Propriedade Intelectual e a necessidade de se pesquisar o potencial dos resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos nas universidades. O conhecimento acerca da importância de patentear antes de divulgar é fundamental para o sistema de proteção da propriedade intelectual, pois caso haja ocorrido qualquer tipo de divulgação, futuramente ficará prejudicada a possibilidade de um pedido de patente. Praticamente todas as Universidades estimulam seus pesquisadores a proteger os produtos desenvolvidos por eles através de patentes, embora algumas não proporcionem a infra estrutura para tal.

Também neste item, as instituições do sul e do sudeste são as que apresentaram maior preocupação em divulgar a cultura da propriedade intelectual entre a comunidade universitária.

Meios de divulgação adotados								
Palestras	Internet	Folders	Manual de Procedimentos	Seminários	Convênios	Meios de Comunicação	Cursos	DIVULGAM
7	8	3	4	7	1	3	2	17
41,2%	47,1%	17,6%	23,5%	41,2%	5,9%	17,6%	11,8%	68,5%

Por região				
SUL	SUDESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
5	11	0	0	1
29,4%	64,7%	0,0%	0%	5,9%

3. O registro de patentes pela Universidade

A preocupação com o patenteamento dos resultados de pesquisa passou a fazer parte da rotina universitária apenas recentemente, mais especificamente, a partir da entrada em vigor do Decreto nº 2.553/98, que regulamenta o compartilhamento dos ganhos econômicos sobre os resultados

de pesquisa, instituindo, como prêmio, o limite de 1/3 para os pesquisadores. A partir desta legislação, as universidades sentiram a necessidade de estabelecer regras internas para regulamentar as medidas dispostas no Decreto e, com isso, um intenso trabalho de sensibilização sobre a importância do registro da propriedade intelectual tem sido desenvolvido.

3.1 – Como é feito o registro de patentes?

O depósito é feito de forma institucional na maioria das instituições que mantêm núcleos de PI (80%).

Registro de patentes	
Institucional	Individual
21*	5
84%	20%

* A Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, informou utilizar os dois métodos para registro de patentes, individual e institucional, por isto há discrepância no número de instituições que registram institucionalmente as patentes.

3.2 – Interação com o INPI

Dentre as universidades que encaminham, institucionalmente, a solicitação de patentes, um expressivo número mantém interação com o INPI, o que facilita tal tramitação.

Interação com INPI		
Sim	17	68%
Não	8	32%

Interação com INPI por REGIÃO				
SUL	SUDESTE	Centro Oe ste	NORTE	NORDESTE
5	8	1	0	3
29%	47%	6%	0%	18%

3.3 – Estímulo ao patenteamento

Evidenciou-se que em três núcleos de PI - nas Universidades UNIOESTE, UNESP e UFC - o estímulo à proteção dos resultados de pesquisa desenvolvidos dentro da Universidade, através de patentes, não é realizado. Esta constatação aponta uma incoerência quanto ao que deveria ser a proposta de um núcleo, qual seja a de estimular e difundir a importância da proteção dos resultados de pesquisa, como um bem intangível da instituição, passível de ser licenciado ou comercializado com terceiros.

Estímulo à proteção de patentes		
Sim	22	88%
Não	3	12%

3.4 – Contratação de escritórios especializados

As atividades dos núcleos de PI não são realizadas de modo uniforme entre as Universidades, pois alguns optam por utilizar escritórios externos para desenvolverem todas as atividades pertinentes ao depósito das patentes, ou iniciam a tramitação e recorrem a escritórios especializados somente para algumas dúvidas e esclarecimentos, ou ainda, desenvolvem todas as fases necessárias para o pedido de patente, e há outros, ainda, que nada fazem a respeito, pois quem encaminha toda a tramitação para o pedido de patente é o próprio pesquisador.

Para o registro de patentes é acionado o serviço de escritórios especializados externos à Universidade ?			
SIM		NÃO	
Em Tudo	Em Parte	Núcleo é responsável	Pesquisador é responsável
6	5	10	4
24%	20%	40%	16%

Estes resultados permitem inferir que a profissionalização das atividades dos núcleos ainda é uma meta a ser alcançada, pois mesmo em núcleos já consolidados, a busca por escritórios especializados, ainda que para realizar

somente parte do processo, revela uma infra-estrutura ainda insuficiente em termos de qualificação de recursos humanos que confira segurança aos núcleos para depositar diretamente um pedido de patente.

3.5 – Busca de anterioridade em banco de patentes

Os dados levantados com a pesquisa apontaram que 76% dos núcleos de PI tomam o cuidado de fazer a busca de anterioridade em bancos de patentes, principalmente em bases gratuitas disponíveis na Internet.

Cabe registrar que, no caso da UFSCAR e UNIOESTE, foi informado que as mesmas não realizam busca de anterioridade, mas citaram que utilizam o serviço de busca isolada no INPI, evidenciando uma incoerência na informação prestada.

Busca de anterioridade em banco de patentes		
Sim	19	76%
Não	6	24%

3.6 – Ferramentas de busca utilizadas

Somente dois núcleos utilizam os bancos de patentes com acesso pago, e apenas 9 (36%) optam pela busca isolada no INPI. Estes resultados apontam para a necessidade de intensificar o trabalho de conscientização acerca da importância da pesquisa em bancos de patentes, pois não se pode conceber um núcleo especializado em propriedade intelectual que não tome o cuidado básico de verificar se o tema da patente a ser requerida não existe como estado da técnica. Com esta simples atividade, muito trabalho, tempo e recursos seriam poupados.

Ferramentas de busca			
Busca isolada no INPI	Busca on-line no INPI	Pesquisa na Internet	Bancos de patentes pagos
10	9	8	2
40%	36%	32%	8%

Ferramentas de busca em bases gratuitas						
DII	EPO	INPI	Spacenet	USPTO	WIPO	Utiliza ?
1	1	2	3	3	1	8
12,5%	12,5%	25%	37,5%	37,5%	12,5%	32%

Bancos pagos		
INPI	Derwent	Utiliza ?
1	1	2
50%	50%	8%

4 – Patentes depositadas e concedidas

Historicamente, o número de patentes depositadas pelas universidades brasileiras tem sido muito pequeno. Entretanto, dado o esforço que vem sendo despendido no sentido de reverter este quadro, tanto pelo INPI quanto pelas próprias instituições universitárias, espera-se num futuro muito próximo alterar substancialmente este cenário.

4.1 – Patentes depositadas e concedidas

Das 25 instituições que possuem núcleos de PI, 8 jamais encaminharam pedidos de patentes ao INPI, ou seja, a universidade não possui a titularidade de nenhuma patente, embora tenham núcleos estruturados e regulamentações específicas para realizá-los. Quanto a pedidos de patente no exterior somente 3 universidades preocuparam-se com a proteção em outros países além do Brasil, e com números realmente baixos de pedidos de proteção.

Pedidos de Patentes depositados		Cartas-patente expedidas	
Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
326	13	115	3
96,2%	3,8%	97,5%	2,5%
339		118	

Pedidos de patente por REGIÃO					
SUL		SUDESTE		CENTRO OESTE	
Patentes	Cartas patente	Patentes	Cartas patente	Patentes	Cartas patent

Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
38	3	0	0	281	10	115	1	5	0	0	2
92,7%	11,3%	0,0%	0,0%	96,6%	3,4%	99,1%	0,9%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
41		0		291		116		5		2	
12,1%		0,0%		85,9%		98,3%		1,5%		1,7%	

Pedidos de patente por REGIÃO							
NORTE				NORDESTE			
Patentes		Cartas patente		Patentes		Cartas patente	
Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
0	0	0	0	2	0	0	0
0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
0		0		2		0	
0,0%		0,0%		0,5%		0,0%	

4.2 – Portfólio de Patentes de acordo com a Classificação Internacional

Os dados relativos a este item ficaram prejudicados, em virtude da ausência de informações referentes às seguintes instituições: UFMG, UNISC, UFRJ, UNICAMP e UEM. Nas demais, a maior incidência de pedidos de patente, de acordo com a classificação internacional, está na área das Necessidades Humanas e da Química / Metalurgia, seguidas pelas áreas de Engenharia Mecânica / Iluminação e Aquecimento e pela área de Física.

Classificação Internacional de Patentes							
Necessidades humanas				Operações de processamento			
Patentes		Cartas patente		Patentes		Cartas patente	
Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
27	19	7	2	5	3	0	0
58,7%	41,3%	77,8%	22,5%	62,5%	37,5%	0,0%	0,0%
46		9		8		0	

Classificação Internacional de Patentes							
Química e metalurgia				Têxteis e papel			
Patentes		Cartas patente		Patentes		Cartas patente	
Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
25	19	2	0	1	1	0	0
56,8%	43,2%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%
44		2		2		0	

Classificação Internacional de Patentes							
Construções fixas				Engenharia mecânica			
Patentes		Cartas patente		Patentes		Cartas patente	
Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
3	6	0	0	10	4	2	0
33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	71,4%	28,6%	100,0%	0,0%
9		0		14		2	

Classificação Internacional de Patentes							
Física				Eletricidade			
Patentes		Cartas patente		Patentes		Cartas patente	
Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
11	13	1	0	6	6	1	0
45,8%	54,2%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%	0,0%
24		1		12		1	

5 – Transferência de Tecnologia e/ou licenciamento

Se o desempenho das universidades no registro de patentes vinha sendo, até há bem pouco tempo inexpressivo, a atividade do licenciamento de patentes praticamente inexistia. Ciente disto tem sido desencadeado no país um intenso trabalho de conscientização quanto à importância da proteção da propriedade intelectual dos resultados das pesquisas geradas nas universidades, como forma de preservar o patrimônio intangível da instituição, e de evitar a evasão de divisas através da publicação, sem proteção, de resultados de pesquisas com alto conteúdo inovativo.

Neste contexto, são ainda, pouco freqüentes os casos de transferência de tecnologia ou de licenciamento de patentes oriundas de inventos desenvolvidos nas universidades. Universidades que possuem números significativos de patentes, nunca comercializaram suas tecnologias, ou se o fizeram, apresentam um desempenho muito aquém do desejável. Com relação a este aspecto, há muito a ser feito, pois percebe-se o amadorismo com que o tema é tratado nas universidades. Entre a comunidade universitária, o entendimento acerca das atividades de comercialização e licenciamento de tecnologias e patentes é ainda difuso, e poucos percebem a comercialização como o caminho para a tecnologia desenvolvida dentro das Instituições chegar a ser útil para a comunidade. O baixo percentual de patentes comercializadas (4,1%) revela que muito esforço há que ser empreendido, não só na conscientização sobre a importância da atividade, como também na sua profissionalização no âmbito das universidades, através dos núcleos de PI.

Quantas Universidades Comercializaram suas Patentes?		
Sim	5	20%
Não	18	72%
Em fase de negociação	1	4%
Não informado	1	4%

Núcleos que comercializaram suas patentes				
SUL	SUDESTE	Centro Oeste	NORTE	NORDESTE
1	4	0	0	0
20,0%	80,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL: 5 núcleos				

Patentes depositadas e comercializadas		
Depositadas	339	100%
Comercializadas	14	4,1%

Número de patentes comercializadas por REGIÃO					
SUL	SUDESTE	Centro Oeste	NORTE	NORDESTE	TOTAL
2	12	0	0	0	14
14,3%	85,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Com relação ao compartilhamento dos lucros auferidos com a comercialização das patentes, as universidades públicas federais aplicam o disposto no Decreto nº 2553/98, que limita em 1/3 o prêmio pago aos pesquisadores. A distribuição dos 2/3 que cabem à instituição é realizada de forma distinta nas instituições, não havendo uma padronização.

Nas demais instituições, públicas estaduais e privadas, a distribuição se dá de diversas formas, desde 35% para o inventor e o restante dividido entre a instituição, unidade acadêmica e fundo de desenvolvimento, até 50% para o inventor e 50% para a Universidade.

6 - Divulgação do Núcleo de Propriedade Intelectual

De um modo geral, os núcleos de PI manifestaram a preocupação em divulgar suas atividades junto às comunidades interna e externa, seja através de simpósios, conferências e palestras, seja através de treinamento de pessoal e participação em eventos nacionais.

Algumas universidades, como a UNIOESTE, UNESP, UCPEL e UFS, afirmaram não realizar esta atividade. É possível que isto explique a razão por que, até a data do levantamento, nenhuma das três possuía pedidos de patente depositados.

Forma da Divulgação do Núcleo de Propriedade Intelectual				
Nenhuma	Simpósio	Treinamento	Participação em eventos	Outros
4	15	11	18	2
16%	60%	44%	72%	8%

Considerações finais

Pelo levantamento realizado, percebe-se que algumas universidades responderam que mantêm Núcleos de Propriedade Intelectual, mas a análise do conjunto das informações prestadas apresenta evidências de que, na prática, estes núcleos não cumprem com sua finalidade, não se caracterizando como um núcleo propriamente dito.

Outra constatação é a predominância de núcleos em universidades públicas, tanto federais quanto estaduais, o que comprova a liderança destas instituições no processo de institucionalização da gestão da propriedade intelectual, possivelmente em razão do grande volume de pesquisa que aí se realiza.

Dentre as observações realizadas, algumas merecem ser ressaltadas como ilustrativas da heterogeneidade dos núcleos de PI nas universidades. Por exemplo, pelas informações obtidas junto à UCPEL pôde-se notar que este núcleo de PI, na realidade, está direcionado somente para o registro de software, uma vez que sua regulamentação somente abrange os software e não há nenhum pedido de patente solicitado em nome da Universidade.

A UFS é outra universidade que retratou a fragilidade do núcleo de PI. Embora possuam 2 pedidos de patente, toda a tramitação ocorre através de escritórios especializados em propriedade intelectual. Não existe regulamentação interna sobre o assunto e nada está definido quanto à divisão da titularidade, nem quanto à divisão na comercialização. Tem-se a impressão que a função do núcleo é somente encaminhar uma possível patente a um escritório especializado na área.

A UNIOESTE e a UFC são universidades que possuem seu núcleos de PI estruturados, embora não possuam regulamentação interna, não participam em nada para o registro de patentes, pois o pesquisador é o responsável pela organização do material a ser encaminhado ao INPI. A UNIOESTE tampouco preocupa-se com a divulgação do seu núcleo.

A UFSCAR, embora não possua regulamentação sobre o tema, o encaminhamento do pedido de patente seja feito de forma individual, e não possua nenhuma patente, informou que possui uma em comercialização. Por

estas informações, infere-se que, de fato, não existe um núcleo de PI estruturado, embora pareça que a preocupação com a divulgação exista.

Finalmente, há outros núcleos que parecem estar bem estruturados, possuem regulamentações que prevêm a divisão da titularidade e da comercializações, embora não possuam nenhum pedido de patente.

Como se pode observar, há uma diversidade de situações no campo da gestão da propriedade intelectual nas universidades brasileiras, podendo vislumbrar-se um cenário em que há muito a ser implementado.
